

Acta da reunião ordinária de 23 de Junho de 1994  
Ao vinte e três dias do mês de Junho do ano  
mil novecentos quarenta e quatro nesta cidade  
de Évora e Sala das Sessões da Câmara Municipal  
do mesmo concelho, se reuniram, em  
reunião ordinária, os membros da referida  
Câmara, excellentíssimos senhores Manuel Rodri-  
gues Bastos, Presidente e Sr. António da Concei-  
ção Dias, Sr. Manuel Lopes Marçal e Alexandre Idaculo  
no Pires Martins, vereadores, e, sendo todos ocupados  
o seus lugares foi pelo senhor Presidente aberta  
a reunião pelas vinte e uma horas.

Acta de reunião anterior: Lida em voz alta a acta  
da reunião anterior foi por todos aprovada e  
devidamente assinada.

Balancete: Foi lida e o balancete do movimento  
de fundos relativo ao dia de hoje que auferia  
um saldo de (210.522,25) duzentos e dez mil qui-  
nhentos e vinte e dois escudos e vinte e cinco centavos.

Correspondência: Do fôreis do Comércio, do Distri-  
to de Évora, officio número quinhentos oitenta  
e um de vinte do corrente, solicitando os  
seus officios da Câmara para que se descausasse a  
compensar o dia vinte e cinco de Junho de  
dia vinte e sete, cerca-feita. A Câmara tomou  
devida consideração e deliberou que se offerecesse  
ao Instituto Nacional do Trabalho dando indicações  
da referida pretensão.

Plano dos Centenários-escolas: Seguidamente o senhor  
Presidente deu conhecimento da exposição a dirigi-la  
S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, rela-  
tivamente à construção de escolas nesta cidade,  
em execução do Plano dos Centenários, com a qual  
se pretende que sejam construídas as vinte e  
seis salas previstas nos dividendos por um edifício

ficio de seis salos e cinco de quatro. A Câmara do-  
mon o devido conhecimento da exposição e dos seus  
fundamentos e, por unanimidade, deliberou aprovar  
Racionamento de água: A Câmara do mon conheceu  
lo e aprovou por unanimidade a nota offeiosa  
publicada nos jornais póhe o abastecimento de água  
à cidade.

Comissão de Avaliações: Encontrando-se vago um  
dos lugares de representante da Câmara na comis-  
são de avaliações, por virtude do falecimento do  
respectivo titular, a Câmara deliberou por unanimi-  
dade nomear seu representante o senhor Joaquim An-  
drião Rosário, promotor, residente na Rua Incendi-  
no da Roda, número dezasseis.

Licenças de estabelecimento comercial e industrial:  
O senhor Presidente expôs seguidamente à Câ-  
mara que, não sendo a Companhia dos Caminhos  
de Ferro Portuguezas, com sede em Lisboa, proprietá-  
ria de um estabelecimento comercial existente na  
cidade, declarado para efeitos de determinação  
de licença de estabelecimento comercial e indus-  
trial, de harmonia com o disposto no (parágrafo  
segundo do) artigo pedecento e doze do Código  
Administrativo e respectivo Regulamento  
de cobrança, o rendimento ilíquido do refe-  
rido estabelecimento, e tornando-se necessário  
a sua fixação, parecia-lhe que, conforme a impres-  
são prestada pelo Fiscal de Impostos, era de fixar  
o rendimento ilíquido de quinhentos mil escudos.  
Mais esclareceu que, de harmonia com a legislação  
vigente, e como informara o Chefe da Secção, o Muni-  
cípio poderia e devia cobrar as licenças relativas aos últi-  
mos cinco annos, sendo o rendimento o mesmo fixa-  
do para o corrente anno. A Câmara do mon o devido  
conhecimento e deliberou por unanimidade que, pa-

ra efeito da cobrança <sup>de 4%</sup> de estabelecimento comercial e industrial aos Armazens de Vendas, que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses possui nesta cidade, que a licença do corrente ano que os anteriores, fosse fixado o rendimento líquido de quinhentos mil escudos.

Requerimentos: Foram presentes os seguintes requerimentos: (para expor mobílias) da Firma Ideal Mobiliária Limitada, desta cidade, pedindo licença para expor no passeio junto ao seu estabelecimento, mobílias planejadas em minúscula, sem que haja interrupção do trânsito. A Câmara tomou o devido conhecimento e deliberou deferir o pedido; (assistência judiciária) de António José Rosa, funcionário da Comissão Municipal de Turismo, filho de Ana Joaquina Lopes Moleiro, de Lisboa e residente nesta cidade, residente há mais de um ano na Travessa de Afonso Trigo número dezotto, pedindo que fosse declarada a sua situação económica para efeito de lhe ser concedida a assistência judiciária. A Câmara tomou o devido conhecimento e, verificando que os requerimentos vem acompanhados dos documentos necessários deliberou por unanimidade declarar que a requerente e bem assim as pessoas de família a seu cargo, não possuem quaisquer bens ou rendimentos que lhe permitam intentar e manter a acção; de João António Coelho, casado, ajudante do Conservador do Registo Predial, residente nesta cidade, pedindo que fosse declarada a sua situação económica para efeito de assistência judiciária. Com base das informações prestadas e dos documentos juntos ao processo, a Câmara deliberou por unanimidade declarar que não conhece ao requerente ou as pessoas

de sua família, quaisquer bens ou rendimentos. (Pedido licença faciva) de Domingo Rosado Balai-  
zão, desenhador da Repartição Técnica, pedindo a  
concessão de vinte dias de licença, a gozar inter-  
poladamente conforme a conveniência do serviço  
e com início em dias de folga próximos. A Câmara  
na, sendo verificado que o requerimento está de-  
vidamente informado, deliberou por unanimidade  
conceder a licença requerida; (Pedido a exoneração) de  
Antônio José Rosa, funcionário da Comissão Municipal  
de Turismo, pedindo a sua exoneração do lugar que  
ocupa há dois anos e que a Câmara informe se  
deve a forma como deve desempenhada as suas funções.  
A Câmara tomou o devido conhecimento e por una-  
nimidade deliberou aceitar a exoneração pedida. Segu-  
damente e por escrutínio secreto deliberou unâ-  
nimemente reconhecer que o requerente tem de-  
sempenhado sempre bem as suas funções; (Coloca-  
ção de campos) de Francisco José da Silva Júnior, casa-  
do, comerciante, residente na Rua de Burgos número  
dois, pedindo licença para colocar na sepultura  
número cento e trinta e seis e seis mil cento e  
cinquenta e cinco, uma campa em mármore; de  
Manuel Rodrigues Desobedo, viúvo, residente no "Bar-  
rondadouro, freguesia de S. Matias, pedindo licença pa-  
ra colocar uma campa em mármore na sepultura  
número dois mil cento e sessenta e oito; de Mariana  
de Sousa Rodrigues, residente nesta cidade, pedindo  
licença para colocar campos nas sepulturas número  
dois mil e setenta e três e dois mil cento e cinquenta e cinco.  
A Câmara tomou o devido conhecimento e deliberou  
por unanimidade deferir o requerido nos<sup>tos</sup> requerimentos  
abás indicados. (Pedido dispensa de obras) de Mariana Luí-  
za da Silva Calheta, residente em Lisboa, pedindo  
dispensa de construção de uma casa para um prédio

que possui na Rua Pedro Simões numero dezesseis  
 e vintecum e Traversa Lopo Ferrar numero  
 dezassis, alegando falta de recursos. A Câmara  
 tomou o devido conhecimento e deliberou que  
 a Repartição Técnica elaborasse o respectivo  
 parecer. (Vendedores ambulantes) dos vendedores  
 de artigos de fangueiros e retroceiro que exercem  
 o seu commercio no Mercado virado e vil de Moir  
 desta cidade, pedindo autorização para nos  
 dias vinte e quatro a vinte e seis, inclusive,  
 poderem vender dentro do referido Mercado.  
 A Câmara tomou o devido conhecimento  
 e por unanimidade conceder a autorização  
 requerido e considerou aprovada desde já esta  
 deliberação. (Para obras) de Francisco Eduardo  
 Vieira Barahona, residente na Rua S. Isabel nu-  
 mero dez A, solicitando licença para mo-  
 dificar o prédio onde habita. A Câmara to-  
 mou o devido conhecimento e deliberou por  
 unanimidade proceder a licença requerida  
 (Salão Central bboense) Pela firma M. Tenudo  
 Baptista, Lda, com sede nesta cidade, foi re-  
 querido que a Câmara certificasse o interesse  
 dos olhos em execução no Salão Central bboen-  
 se e da crise que o operariado da construc-  
 ção civil por vezes atravessa, dest prodamente  
 no Inverno, a fim de aquella firma docu-  
 mentar um pedido de comparticipação feito  
 no Ministerio das Obras Publicas e Communicações.  
 A Câmara tomou o devido conhecimento e por uni-  
 midade deliberou que os olhos em causa  
 são de grande interesse para a cidade de  
 Évora, sendo o edificio, segundo o projecto, um  
 bello aspecto exterior; mais deliberou que o  
 trabalho atenuarão a falta de trabalho que porve

desse nota na classe da construção civil.

**Anulações:** A Câmara deliberou que manhaude de anular os pagamentos autorizados e constantes das autorizações número, quinhentos e sete, quinhentos e oito, seiscentos e setenta, mil e setenta e seis, três mil trezentos e setenta e nove, três mil quinhentos e vinte, mil oitocentos e cinco, três mil e oitenta e seis, três mil cento e dezassete, três mil quatrocentos e seis, três mil trezentos e noventa e oito, três mil quatrocentos e noventa e um na importância total de cinco mil cento e cinco escudos.

A Câmara tomou conhecimento comhectando do officio número oitenta, dos Surtos Municipais, que anulou a rubrica de vinte e cinco mil escudos, em referência à feitura do ano findo.

**Autorizações de pagamentos:** Foram autorizados os pagamentos constantes das "autorizações" da Câmara número mil e noventa e um, a mil seiscientos e setenta e dois e mil seiscientos e setenta e quatro a mil oitocentos e trize, na importância total de cento e vinte e um mil, cento e setenta e três escudos e setenta centavos.

Foram ratificadas as autorizações número mil seiscientos e oitenta e nove e mil seiscientos e noventa, na importância total de noventa escudos.

Foram autorizados os pagamentos constantes das autorizações da Serviços de Turismo número cento e setenta e sete a cento e oitenta e um, e cento e oitenta e seis a cento e noventa e cinco, na importância total de cinco mil seiscientos e quarenta e oito escudos.

Q nada mais havendo a tratar na presença do presidente municipal, foi ella encerrada pelo senhor Prai

de onde pelas onze horas e trinta, de tudo, para  
constar de lavando a presente acta. Em  
João Martins Balua, chefe da Secretaria a subscree  
vi.

*Marquinhos R.*